

Perspectivas e desafios para compor uma história da imprensa: o que o pesquisador precisa saber e a que se deve dispor

Antonio Hohlfeldt

HÁ MUITOS ANOS, venho trabalhando com pesquisa sobre a imprensa brasileira, a imprensa sul-rio-grandense e, mais recentemente, a imprensa portuguesa e das colônias de expressão portuguesa. Isso já ultrapassa uma década. Comecei trabalhando com jornais de Porto Alegre, em busca de romances-folhetim ali editados.

Esse trabalho constituiu minha tese de doutoramento, que se acha editada (Hohlfeld, 2003). Encontrei preciosidades, que ainda me proponho a divulgar, através de uma coleção de *e-books* que ora se encontra em processo de análise. Mais recentemente, este primeiro projeto teve desdobramentos em uma pesquisa que orientei, em nível de mestrado, sobre o mais antigo jornal escrito em alemão e impresso em tipos góticos, no Rio Grande do Sul, o *Kolonie*, de Santa Cruz do Sul (1891 a 1937) (Weschenfelder, 2010).

Depois, comecei a pesquisar o *Correio Braziliense*, provocado pela passagem dos 200 anos do surgimento da imprensa brasileira e, por consequência, cheguei à *Gazeta do Rio de Janeiro* (Hohlfeld, 2008). Nesse meio tempo, quer no Grupo de Pesquisa em Jorna-

lismo, da Intercom; quer no grupo de História da Imprensa, na SBPJor, passei a trabalhar com colegas pesquisadores brasileiros no mesmo campo e também com alguns colegas portugueses, quando surgiu o projeto de meu pós-doutorado. Saí do Brasil, no primeiro semestre de 2008, para a Universidade Fernando Pessoa, no Porto, para buscar elementos a respeito de uma possível História do Jornalismo Luso-brasileiro, que inexistente, apesar de todos os cruzamentos que ambas as histórias possuem¹. Voltei, seis meses depois, com um acervo inimaginável, graças a meu orientador, Salvato Trigo, reitor daquela Universidade, a respeito da imprensa das colônias de expressão portuguesa, sobre o que venho trabalhando e para o que tenho projeto que abarcará pelo menos uma década de dedicação continuada (Hohlfeldt et al Grabauska, 2009).

Isso tudo, por certo, definiu meus projetos de pesquisador. Embora esteja envolvido em um Projeto PROCAD da CAPES, sobre Teoria da Comunicação, com alguns colegas da Bahia, Brasília e Sorocaba, de fato este trabalho de resgate e de interpretação histórica é o que se transformou em meu foco central. Venho adquirindo bibliografia específica, que compreende desde obras de leitura e interpretação de períodos ou de publicações até edições fac-similadas de periódicos. Ainda há dias, encerrou-se orientação em nível de mestrado a respeito do jornal O povo, que circulou entre 1838 e 1840, durante a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (Kieling, 2008). Isso permitiu-me dar conta de que os mesmos valores jornalísticos que se havia registrado a respeito de nossos dois jornais pioneiros, o Correio Braziliense e a Gazeta do Rio de Janeiro e a mesma concepção do que seja o jornalismo, remanesciam quatro décadas depois, na publicação sul-rio-grandense, matéria a que já desafiei minha orientanda a dedicar sua atenção.

Uma primeira observação, portanto, que quero fazer é que, se de modo geral, a pesquisa implica uma grande articulação coletiva que ultrapassa tempo e espaço, muito mais na pesquisa histórica isso se torna necessária. Os pesquisadores norte-americanos, seguindo a bela lição de Aristóteles, que sem-

pre se referia à necessidade de se conhecer as causas, as “coisas primeiras”, em todo e qualquer *paper* que apresentam, têm o saudável hábito de, primeiro, revisarem o que chamamos de *estado da arte* daquele campo de pesquisa. Isso é fundamental para sabermos onde nos encontramos, de onde vamos sair e, assim, melhor esboçar onde queremos chegar. Se chegaremos ou não, evidentemente, é outra questão.

Um segundo problema que se deve ter em conta é que a pesquisa não é apenas uma questão intelectual. Ela envolve estratégias materiais nem sempre muito claras, às vezes bem difíceis de serem resolvidas. Isso decorre do fato de nossos arquivos e museus serem profundamente deficientes, ainda que tenhamos avançado muito nas últimas décadas. Dou alguns exemplos.

Na pesquisa sobre os romances-folhetim nos jornais de Porto Alegre, trabalhei com jornais entre 1850 e 1930. Depois, acabei ficando com o período 1850 e 1900, por uma questão de metodologia. O Museu de Imprensa Hipólito José da Costa, que mantém todo esse rico acervo, resulta da fusão de uma dezena de instituições culturais que, ao longo de décadas, mesmo séculos, guardaram tais publicações nas condições as mais variadas e as mais diversas possível. O resultado disso tudo são coleções em péssimo estado de conservação e algumas já retiradas de consulta. Há mais de uma década as sucessivas direções do museu tentam um grande projeto de digitalização do acervo, com resultados apenas parciais. Jornais que cheguei a consultar, ao final dos anos 1990, já não podem mais ser acessados, tal o estado de decomposição em que se encontram. O mesmo ocorreu, recentemente, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, onde trabalhei. Muitos dos jornais a que acessei deixaram estarrecida a Diretora Técnica da Biblioteca, quando ela descobriu o estado em que se encontravam, confessando-me que, se soubesse que se encontravam assim, certamente eu não os teria acessado. Felizmente para mim, ela não sabia! Boa parte do material que compulsei não era requisitado há mais de 70 anos! Em

ambos os casos, tive o cuidado de digitalizar esse material, a fim de salvaguardá-lo, ao menos parcialmente.

Mas daí entra a segunda questão mencionada, a estratégia a ser montada para desenvolver materialmente a pesquisa, e que tem a ver com a tecnologia. Como disse, avançamos e temos avançado aceleradamente neste campo. De 1994 a 1996, quando desenvolvi minha pesquisa, os digitalizadores eram precários. Havia aparelhos de mão, que foi os que usei, e aqueles equipamentos maiores, capazes de digitalizarem páginas inteiras de jornal tablóide, mas que não podiam ser utilizados pelas precárias condições das publicações. Utilizei, então, o digitalizador de mão, o que me levou a: a) montar uma sala especial, em casa, para minha pesquisa; b) contratar uma pessoa para realizar a tarefa manual; c) comprar uma mesa gigantesca, introduzida naquela sala, sobre a qual foram montados dois computadores; d) o jornal disposto na mesa, digitalizava-se por partes o texto, transferindo-o para o arquivo de um dos computadores; cada folheto, assim, exigia no mínimo quatro digitalizações, quando não seis; e) passava-se este arquivo, posteriormente, para um segundo computador, por medida de segurança; f) copiava-se em papel cada arquivo, cortando-se e colando-se as partes a fim de reunificar o texto original; g) fazia-se cópia reprográfica de tamanho natural ou ampliada do texto, conforme seu estado de conservação e conseqüente visibilidade. Só então, colacionadas as cópias e constituída o todo da narrativa, podia-se partir para a leitura e análise. Na época, só havia disquetes. Um único capítulo do romance-folhetim utilizava quase metade de capacidade do disquete. Imaginem quantos disquetes utilizei. Hoje em dia, com discos CD e DVD, e com os pen drive evidentemente as coisas ficaram facilitadas tanto na guarda e conservação quanto na portabilidade e manuseabilidade do material.

No caso da Biblioteca Pública Municipal do Porto, já havia serviço de digitalização disponibilizado para os leitores. Como passei a digitalizar todas as primeiras edições de cada periódico

consultado, além de páginas e artigos que me interessassem, segundo o projeto de pesquisa desenvolvido, a Diretora Técnica da Biblioteca coordenou pessoalmente o trabalho, destacando parte da equipe da Biblioteca para me auxiliar nesta tarefa. Foram mais de 5 mil cópias de documentos!!! Por outro lado, muitos livros que consultei, advindos de variadas bibliotecas portuguesas, graças a um sistema de consulta interligado, necessitavam de cópia reprográfica, o que me levou a localizar um serviço especializado, no caminho de passagem entre meu transporte e a biblioteca. Tive de explicar detalhadamente ao funcionário o que pretendia, a fim de ele dar atenção especial à qualidade das cópias. Mas quando aqui cheguei, precisei recopiar todo o material para poder guardá-lo em formato de livro, o que facilita sua consulta.

Ou seja, é preciso montar-se uma infra-estrutura para cada pesquisa, que varia conforme as condições em que vamos encontrar o material que compõe nosso *corpus* de pesquisa. Isso significa dinheiro, tempo, trabalho em equipe e, claro, conhecimentos técnicos para soluções adequadas que nem sempre possuímos.

Na sequência desses trabalhos todos, tenho, no horizonte de pesquisa, a preocupação de colocar tudo isso disponibilizado em sites para consulta pública, pois que boa parte do trabalho foi desenvolvido com dinheiro público, através de bolsas concedidas pela FAPERGS, o CNPq ou pela CAPES, sucessivamente.

Gosto de trabalhar com bolsistas de iniciação científica e procuro envolver pelo menos alguns de meus orientandos na monografia final dos cursos de Graduação, de Mestrado ou de Doutorado, também nessas pesquisas. Aliás, há mais de cinco anos desenvolvo uma disciplina, na Graduação, chamada “Leituras em jornalismo”, onde proponho uma leitura dos textos clássicos do jornalismo internacional, sob a ótica da narratividade: o Gênesis bíblico; a História, de Heródoto; Daniel Defoe e suas falsas reportagens publicadas no *The review*² e mais tarde editadas enquanto Contos de fantasmas, na forma de livro, ainda no século XVIII:

as reflexões pioneiras de Honoré de Balzac sobre a imprensa industrial; o jornalismo de viagem de Marco Pólo ou Amir Klink; o jornalismo político de Carlos Lacerda ou de Samuel Wainer; o novo jornalismo de Tom Wolfe a Hunter Thompson; a reportagem de profundidade de Bob Woodward e Carl Bernstein, que constituíram o cerne do Caso Watergate ou o trabalho da revista *Veja* sobre o Caso Collor; o jornalismo de guerra de Joel Silveira, Rubem Braga ou José Hamilton Ribeiro, sem esquecermos o pioneiro John Reed. O correspondente de guerra como Euclides da Cunha (Hohlfeld, 2009, p. 131 - 147), ou a importância dos jornais pioneiros como o *Correio Braziliense* ou a *Gazeta do Rio de Janeiro*, de que aqui já falei. Estou retomando pesquisas de alguns anos, feitas com alunos, a respeito do *Jornal do Dia*, periódico católico que circulou entre 1947 e 1966, e que me levou a desdobrar toda uma pesquisa sobre as políticas da Igreja Católica para com as mídias, desde a invenção da imprensa, por Gutenberg, até o período da Teologia da Libertação, nos anos 1970. Também tenho material levantado sobre o jornal *A Federação*, criado por Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, e que circulou de 1894 a 1937, vinculado ao Partido Republicano Rio-grandense, o que me levou às reflexões em torno do publicismo inglês e do jornalismo político-partidário. E acabei me preocupando em pesquisar a *Encyclopédie française* de 1750, para entender a evolução de termos que nos parecem tão corriqueiros, hoje em dia, mas que inexistiam ou tinham sentido diverso naquela época.

Os alunos terminam fascinados ao descobrirem o universo e o acervo fantástico de produção pré-existente em sua profissão: a responsabilidade dos *muckrakers* norte-americanos; o envolvimento do texto jornalístico e ficcional de gente como Jack London, Ernest Hemingway, George Orwell, etc.

Mas essa prática me levou à consciência de um outro problema fundamental, que é o próprio conceito em torno do que se deva levar em conta para a pesquisa sobre a história da imprensa.

A pesquisa sobre a história da imprensa oferece vários desafios ao interessado, o maior dos quais não é hoje, o acesso aos antigos exemplares dos jornais. Efetivamente, várias instituições, especialmente a Biblioteca Nacional, que digitalizaram suas coleções, o que significa garantir um acesso permanente e fácil a tal matéria prima³. Também a Imprensa Oficial do Estado da São Paulo (IOESP), que vem reeditando a edição facsimilada do jornal *Correio Braziliense*, de 1808, em cerca de 30 volumes, a preço bastante acessível, distribuindo, inclusive, algumas coleções, por bibliotecas universitárias). Em Porto Alegre, temos o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, que começa também a digitalizar seus acervos. E em muitos estados vêm-se propondo a digitalização de antigas coleções de periódicos, o que tem facilitado o estudo sobre nossa imprensa.

Vem-se também publicando, em livro, quase sempre com um suplemento em CD-rom, edições dessas primeiras publicações, como *O Patriota*, o que igualmente ajuda profundamente o acesso e a compreensão da imprensa de períodos mais distantes da contemporaneidade.

A primeira questão a ser enfrentada, contudo, é o conjunto de critérios de historicidade para escrever uma história da imprensa, *próprios* à imprensa, isto é, que estejam especificamente ligados à própria evolução da imprensa e não a acontecimentos externos a ela. É evidente que existem relações e influências entre fatos históricos propriamente ditos, econômicos, tecnológicos, culturais e a história da imprensa. Mas é apenas e tão somente *enquanto deflatores de mudanças ou enquanto refletindo-se em novas conquistas da imprensa* que eles vão nos interessar.

Nelson Werneck Sodré, no seu ainda hoje pioneiro e referencial trabalho *História da Imprensa no Brasil* (Sodré, 1977 [1966]), continua sendo a obra mais abrangente. Mas apresenta equívocos, principalmente no capítulo dedicado ao surgimento da imprensa no país, durante o século XIX (p. 19 e ss.). Muitos outros autores o

copiam, simplesmente, até os dias de hoje. Nelson, porém, tenta, desde logo, pensar uma periodização explicitamente vinculada às modificações experimentadas pela própria imprensa, o que Sérgio Costa Franco, no Rio Grande do Sul, conseguiu realizar plenamente em pequeno e riquíssimo artigo publicado há alguns anos, a respeito da imprensa sul-rio-grandense. O que precisa se ter claro é que qualquer periodização deve ser desenhada *apenas* e a partir, *exclusivamente*, de mudanças ocorridas especificamente com a imprensa. Não interessa, assim, em sentido estrito, a independência do Brasil, mas sim, o fato de que, com isso, em 1821 e 1827, são emitidos decretos que suspendem a censura no novo país e, com isso, surgirá uma imprensa regional, fora do eixo do Rio de Janeiro-Bahia, que inclui, por exemplo, o Rio Grande do Sul, com a edição do Diário de Porto Alegre, já em 1827.

Outro desafio é a leitura e interpretação desses jornais antigos. Quando Sodré ataca o Correio Braziliense de Hipólito José da Costa, por ele mais se parecer a um livro que um jornal, esquece que o modelo sob o qual se edita é o publicismo inglês do século XVIII, tal como foi praticado pelos jornalistas ingleses de então. Ao mesmo tempo, quando o mesmo autor critica a Gazeta do Rio de Janeiro, por ser um jornal áulico, oficialista, que apenas publica festas e notas oficiais, além de ser injusto com o jornal dirigido por Frei Tibúrcio, esquece que este era o modelo francês de jornalismo, presente na Gazeta de Lisboa e nos jornais parisienses permitidos por Napoleão.

Aliás, a vinda da Família Real ao Brasil nos interessa justamente apenas na medida em que isso propicia a criação da imprensa no país, com a Gazeta do Rio de Janeiro, e leva o exilado Hipólito José da Costa a publicar, desde Londres, o Correio Braziliense. O que temos de nos dar conta é que a imprensa brasileira nasce, através desses dois jornais, em 1808, e se desenvolve, até 1822, justamente sob dois modelos diferentes e complementares, que traduzem duas tendências então contemporâneas: o jornalismo en-

quanto publicismo e ilustração; e o jornalismo enquanto expressão literária e política.

Ler jornais antigos nos obriga, pois, a, partindo de um olhar contemporâneo, buscar compreender os princípios que norteiam aquelas publicações, não pretendendo aplicar a elas padrões e conceitos do jornalismo de hoje.

A abdicação de Dom Pedro I, assim, passa a nos interessar na medida em que deflagra o nascimento de um jornalismo intenso, do ponto de vista quantitativo e variado, do ponto de vista qualitativo, o jornalismo dos pasquins, aliás, admiravelmente, bem discutido por Nelson Werneck Sodré. À semelhança do que ocorrera antes e depois da Revolução de 1789, na França, o período que vai da abdicação de Dom Pedro I até a posse de Dom Pedro II assistirá ao nascimento de dezenas de publicações, defendendo diferentes posições, partidos e leituras da realidade, o que enriquece a história de nosso jornalismo.

De mesmo modo, a estabilidade relativa que a administração de Dom Pedro II dá ao país permite o desenvolvimento da indústria, inclusive da indústria gráfica, de onde, também sob a influência da imprensa internacional (européia e norte-americana), surgirão nossos primeiros jornais-empresas, como o Jornal do Comercio e o Jornal do Brasil, ambos no Rio de Janeiro, mas, ao final do século XX, o jornal Província de São Paulo, depois da república O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo.

O processo se repete nas províncias. Se, no Rio Grande do Sul, o nascimento da imprensa ocorre com o Diário de Porto Alegre, jornal praticamente oficioso, logo haverá uma disseminação e variação de publicações, até que, ultrapassada a Revolução Farroupilha, e estabilizada a sociedade sul-riograndese, a imprensa encontra espaço na urbanização da província, a partir de 1850, com o surgimento, nas décadas seguintes, de jornais-empresa, ainda que no início vinculados a partidos políticos, como A Reforma (1869-1912), O Mercantil (1874-1897), jornais humorísti-

cos, como O Charivari (1877-1878), literários, como Murmúrios do Guaíba (1870) ou enquanto expressão de grupos de colonização, como o Deutsches Volksblatt (1871), de Jacob Dillenburg, além de disseminar-se pelos municípios.

A maior referência, na época, é A Federação (1884-1937), idealizado e dirigido por Júlio de Castilhos, junto ao Partido Republicano Riograndense que, embora jornal partidário, soube modernizar-se permanentemente, até ser obrigado a fechar suas portas, por força do Estado Novo, que extinguiu os partidos políticos no país.

A virada do século XX vai trazer os grandes jornais empresariais ao país, que nem por isso deixam de realizar futricas políticas, buscar apoio de governos e buscar interferir no jogo partidário. Mas enquanto empresas, jornais como o Correio da Manhã (1901), Jornal do Brasil (1891), Jornal do Commercio 1827), O país (1884) e a Gazeta de Notícias (1875) significam pensar o jornal explicitamente dirigido a um público, não apenas mais aos companheiros de partido, o que se traduz pela introdução de novas práticas de conquista de assinaturas, sobretudo através do chamado *romance folhetim*, que atraiu milhares de novos leitores, levando mesmo historiadores a afirmarem que é impossível escrever a história da literatura brasileira sem levantar nas páginas de nossos jornais os textos de romances nelas editadas.

No Rio Grande do Sul, esta nova fase se concretiza com o surgimento do Correio do Povo, de Caldas Junior, em 1º de outubro de 1895, disposto a driblar a divisão partidária entre pica-paus e maragatos, republicanos e liberais, existente no estado. O Correio logo se afirmaria e, depois de 1954, com a queda do Diário de Notícias, que acompanha a crise do grupo dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, torna-se o jornal absoluto do estado, até 1984, quando a empresa vem a falir.

Os anos 1950 caracterizam a transformação do modelo jornalístico adotado no Brasil, que seguia a tradição francesa

do jornalismo literário e político, inclusive com o hoje criticado *nariz de cera*, uma longa introdução, cheia de adjetivos e detalhes, que constituía o primeiro ou os primeiros parágrafos da notícia, por uma redação seca, direta, objetiva: era o modelo norte-americano, trazido ao país a partir de 1950, implantado sucessivamente em jornais como Diário Carioca e o Jornal do Brasil, e consagrado com o surgimento de Última Hora, de Samuel Wainer, em 1950. Abertura da notícia com o chamado *lead* ou *cabeça da notícia*, contendo os principais dados da informação – quem, o quê, quando, onde, por quê – desdobrando-se depois o *como* nos demais parágrafos, atendia não apenas à necessidade das agências internacionais de notícias em transmitirem com segurança suas informações através do telégrafo, quanto atendia à crescente falta de tempo do leitor para dedicar ao jornal. A modernidade exigia leitura rápida, dirigida, de certo modo, o que se completava com a diagramação, uso de grandes letras nas manchetes, desenho mais leve da página, introdução de enormes fotografias e linhas, além de boxes, colunas fechadas em caixas que destacavam algumas informações ou recuperavam antecedentes do acontecimento, sempre para facilitar a leitura. Por fim, chegou a cor, que tornou o jornal mais leve e aproximou-o do formato da revista .

Mas nem por isso podemos esquecer o pioneirismo daqueles jornalistas das duas primeiras décadas do século XX, João do Rio e Lima Barreto, especialmente, que vão desenvolver a reportagem de rua, a pesquisa de opinião e entronizar a entrevista enquanto prática diferenciada e específica do jornalismo.

A evolução educacional e a variação do público permitiu também a segmentação do jornalismo. Nasceram as revistas ilustradas, e a partir da década de 1950, O Cruzeiro tornar-se-ia a referência brasileira obrigatória, criada sob modelos da norte-americana Life: muita fotografia, reportagens breves, uma linguagem dinâmica, busca de leitores variados (mulheres, comerciários,

homens de negócio, políticos, industriais, etc.), a que se seguiriam, nos anos 1960, Realidade, inviabilizada pela ditadura militar de 1964, e enfim Veja, da mesma Editora Abril.

O surgimento da televisão, nos anos 1950; a expansão do rádio com a onda curta e o FM (anos 1960), graças ao aparelho portátil transistor (processo de miniaturização, hoje marcante em toda a tecnologia informática), e, enfim, o aparecimento da internet (anos 1990) criaram fortes áreas de atrito e de competição com a imprensa. Mas ajudaram ao desenvolvimento do jornalismo: se, em algum momento, a competição gerou a preocupação com o furo e a rapidez da informação, como atualizações de sites de cinco em cinco minutos, os erros e suas conseqüências logo devolveram tais práticas ao que é essencial ao jornalismo: veracidade e, por conseqüência, credibilidade. Afinal, por que alguém vai assinar, comprar ou ler um jornal? Firma-se, entre leitor e editora jornalística, uma espécie de contrato de leitura: o jornal se compromete a informar o que ocorre, de maneira abrangente e variada, com seriedade e respeito pela verdade; o leitor compromete-se a assinar, comprar, ler, dando, assim, ao veículo, a oportunidade de transformar o número de assinantes/leitores em elemento de negociação para os preços de sua publicidade que é, afinal, do que tira sua rentabilidade (mas não sua sobrevivência jornalística, é bom lembrar). O jornal, contudo, ainda não desapareceu. Tenho a coleção da primeira revista sobre televisão editada em Porto Alegre, nos anos 1950, quando o Rio Grande do Sul assistia a um único canal de televisão, a Piratini. Nos jornais de Moçambique, dei-me conta da importância do surgimento do rádio, no modelo de Roquete Pinto, ou seja, um rádio informativo, que logo se transforma em fonte de informações para os jornais locais, que passam a divulgá-lo e a referi-lo. Surge, mesmo, uma revista que circula entre os rádio-amadores da região.

O mesmo processo vai ser verificado na evolução da imprensa regional. É o desenvolvimento das primeiras colônias, a

evolução e a expansão dos primeiros povoados e a necessidade de informação (motivada pela curiosidade) que vai deflagrar o processo de imprensa. Por outro lado, a política de abasileiramento, desenvolvida pelas sucessivas administrações brasileiras, garante a alfabetização.

A história da imprensa regional vai seguir, fundamentalmente, os mesmos parâmetros que encontramos na imprensa do centro do país ou nas capitais de província. Aos primeiros esforços e iniciativas, vai-se suceder a disseminação de títulos, vinculados mais ou menos a partidos políticos ou a grupos organizados, religiosos ou ideológicos. A modernização propiciará o surgimento de jornais que, sabendo acompanhar tais conquistas, conseguirão sobreviver.

Por fim, uma terceira questão vinculada à questão da história da imprensa. Não se pode pensar em trabalhar com uma periodização fechada e estanque. A história não se faz assim, e muito mais no caso das tecnologias. Já discuti isso em artigo que apresentei em congressos, mostrando que uma certa característica da imprensa remanesce em alguns jornais ainda que outra se apresente em algumas publicações.

Na ocasião, eu discutia alguns princípios básicos para se pensar uma periodização da história da imprensa, que aqui reproduzo:

a) uma tentativa de periodização pode indicar uma data de início de um período, uma tendência ou uma prática, mas raramente tem como fixar-se uma data de final de tal período;

b) boa parte dos períodos ou tendências ou práticas, por isso mesmo, se cruzam e são contemporâneas, sem permanecerem exclusivas;

c) o período específico de 1870 a 1937, no caso da imprensa brasileira, caracteriza-se

I) pela introdução da imprensa industrial, isto é, com proprietários e empresas jornalísticas que, independentemente de seu alinhamento ideológico e partidário, necessitarão da publicidade e da assinatura do periódico para sobreviverem; assim, comportam-se

enquanto empresas, buscando lucros além da publicização das idéias e princípios de seus proprietários;

II) pela multiplicação de tendências e públicos a serem atendidos e atingidos pela imprensa, seja do ponto de vista ideológico, seja do ponto de vista da segmentação populacional, devendo-se isso especialmente ao crescimento da alfabetização e à urbanização da província; assim, à imprensa industrial, em sentido estrito, soma-se a imprensa partidária, a imprensa literária, a imprensa cultural em geral, a imprensa feminina, as publicações dirigidas às crianças e aos jovens, as revistas ilustradas para toda a família, as publicações de caricaturas e charges e, enfim, jornais e revistas operários e de trabalhadores, além daqueles dirigidos aos novos colonizadores e, por isso mesmo, escritos em seus idiomas de origem;

III) pelo aumento significativo das tiragens e pela estabilidade das publicações: salvo algumas exceções, os jornais e revistas experimentam circulações largas, em termos da época, graças a novas faixas de leitores, recém-alfabetizados ou urbanizados, ou em processo de alfabetização e urbanização, e que passam a ter interesse em tais publicações; como tais, os periódicos, que já sobrevivem da publicidade e, sobretudo, da assinatura, terminam por experimentar uma vida mais longa;

IV) pela prioridade dada ao leitor, à catequese ideológica ou partidária se soma o espaço de lazer e de divertimento, a publicação de cartas de leitores, o acompanhamento da vida cotidiana da cidade, inclusive com denúncias sobre problemas esquecidos pela autoridade;

V) pela crescente importância dada à informação que, durante a ênfase da imprensa partidária, ainda convive com o proselitismo político-partidário, mas que, a partir da ascensão de jornais independentes, ganha definitivamente prioridade, convivendo com os espaços de lazer e de publicidade que igualmente se afirmam nas páginas dos jornais;

VI) pela participação dos jornais nos grandes acontecimentos

da época, que encampam e lideram, seja a campanha abolicionista, seja a republicana, às vezes até a radicalidade de defender uma revolução. Ou seja, os jornais, estritamente partidários ou não, alinham-se junto aos principais debates da nacionalidade;

VII) pela modificação dos formatos e da quantidade de páginas das publicações, notadamente dos jornais que abandonam o formato tablóide e fixam-se nas dimensões standard, o que só será novamente modificado a partir da década de 50 do século XX. Ao mesmo tempo, os jornais ganham corpo, deixando as tímidas quatro para chegarem a 16 ou até mesmo 32 páginas diárias;

VIII) pela continuada e perseverante intervenção das autoridades sobre as publicações, quer através da simples censura ou da perseguição policial, quer através dos assassinatos e dos empastelamentos das redações, como ocorrerá especialmente no decênio de 1890, antecedendo e seguindo-se à República. O processo, aparentemente superado no início do XX, é retomado com a Revolução de 30 e especialmente com o golpe do Estado Novo; e, mais tarde, a partir do golpe de 1964;

IX) pela crença numa espécie de *poder mágico das palavras (...)* capazes de, por si só, *provocarem mudanças na sociedade*, conforme um estudioso (Félix in Possamai, 1993, p. 52);

X) ao nível do lazer e do divertimento, a incorporação do chamado *romance folhetim*, às vezes até mesmo com duas narrativas por dia numa mesma edição, além da incorporação de piadas e charges, o que torna a publicação mais leve e atrativa, aproximando-a do moderno conceito de imprensa de variedades; mais tarde, pela introdução das páginas de lazer e de variedades;

XI) pela disseminação da imprensa em todos os centros de desenvolvimento e urbanização, inclusive no interior da província.

Têm razão Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros ao afirmarem que se trata, portanto, de época marcadamente híbrida entre práticas e valores ainda consagrados ao que se passava a chamar de Antigo Regime, e outros, que se pretendiam modernos.

Pode-se dizer que o período é marcado por tantas e as mais diferentes práticas jornalísticas justamente porque é um período tanto de confluência histórica quanto de confluência cultural. De qualquer modo, é desse conjunto de práticas e de mudanças que nascerá a imprensa do século XX.

Quem se dispuser, pois, a pesquisar a história da imprensa, deve se munir de paciência e tempo; saber que vai enfrentar problemas de localização de coleções; acessibilidade e condições de consulta; qualidade do material disponibilizado eventualmente ainda existente⁴; necessidade de montar espaços e estratégias para documentação, guarda e reprodução do material encontrado; compromisso ético e profissional em se preocupar em dar acessibilidade máxima possível ao material encontrado; continuidade das pesquisas porque, a todo o momento, estão sendo publicados novos materiais ou dados a respeito de uma publicação ou de uma época nos ajudam a entender ou ler melhor determinado periódico ou período. Eu diria, pois, que um verdadeiro pesquisador de história da imprensa está dedicado *full time* a seu trabalho, mesmo quando não esteja diretamente envolvido com ele.

Notas

¹ A título de curiosidade: a figura de Hipólito José da Costa, presente em ambas as histórias; as polêmicas entre Machado de Assis e Eça de Queirós, ou entre Antonio Feliciano de Castilhos e José de Alencar, promovidas através da imprensa; a influência da imprensa brasileira, após a independência de 1822, sobre o imaginário dos jornalistas das colônias de expressão portuguesa, em Angola e Moçambique, como tenho documentado, principalmente após a República de 1889, etc.

² O periódico circulou entre 1704 e 1713.

³ Ver, por exemplo, sites como www.bn.br, da Biblioteca Nacional, que tem digitalizados dezenas de coleções inteiras de jornais brasileiros do século XIX ou <http://www.brasiliana.usp.br>, resultado da doação do acervo de José Mindlin à Universidade de São Paulo, que já tem a coleção do *Correio Braziliense*, inteiramente digitalizada.

⁴ No caso da pesquisa ao Kolonie, por exemplo, precisamos de velhos descendentes alemães capazes de ler e traduzir do gótico. Dos seis localizados e que auxiliaram nas traduções, dois já faleceram, o que significa que, dentro em pouco, as dificuldades para a leitura desses jornais serão ainda maiores.

Referências

- BARBOSA, Marialva. *Jornalismo no Brasil: Dois séculos de história*. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.) – *Jornalismo: História, teoria e metodologia*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008.
- _____. *Os donos do Rio – Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- _____. *História cultural da imprensa*. Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- CARDOSO, Athos Eichler (Pesquisa e texto). *J. Carlos - Memórias d' O tico-tico*. Brasília: Senado Federal, 2009.
- CARDOSO, Athos Eichler (Pesquisa, organização e introdução) . *As aventuras de Nhô Quim & Zé Caipora – os primeiros quadrinhos brasileiros (1869-1883)*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- FRANCO, Sérgio Costa Franco. *A imprensa porto-alegrense*. In revista Porto & Vírgula. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura. Ano V, Vol. 31. Maio de 1977.
- GONÇALVES, Oscar M. C. (Editor). *O espelho*. Revista semanal de literatura, modas, indústria e artes (1859-1860). Edição facsimilada. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Fotodigitalização de periódicos são-joanenses (1829-1938), São João del Rey, Universidade Federal de São João del Rey/Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del Rey/Biblioteca Municipal Baptiosta Caetano d' Almeida. CD-rom sem data.
- GAZZINELLI, Gustavo T. (Coord.), Azevedo Junior. *Impressões de um publicista da República (1891 a 1903)*. Belo Horizonte: Superintendência das Bibliotecas Públicas de Minas Gerais/Fundação Municipal de Cultura/Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2009.
- HOHLFELDT, Antonio. *Deus escreve certo por linhas tortas*. O romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- HOHLFELDT, Antonio; OLIVEIRA, Samir da Rosa. *Matrizes da imprensa brasileira*. Correio Braziliense x Gazeta do Rio de Janeiro. Paper apresentado no NP de Jornalismo, no XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2 a 6 de setembro de 2008.
- _____. *Bicentenário da imprensa brasileira: reavaliação de Hipólito José da Costa, diretor e editor do Correio Braziliense*. In Buenos Aires, Universidad Católica. Ecos de la comunicación, Vol. 1, ps. 85-98. 2008.
- _____. *Correio e Gazeta: Comparações e influências*. In Florianópolis, UFSC. Estudos em Jornalismo e Mídia Vo. V, p. 3 e ss. 2008.

- _____. *Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação*. Comunicação & Sociedade, V. 51, ps. 135-154. São Paulo: UEMESP, 2009.
- _____. *Comunicação e cidadania*. O caso exemplar de O emancipador. São Paulo: ESPM, V. 5, ps. 13-32. 2008.
- _____. *A imprensa nas colônias de expressão portuguesa: principal bibliografia*. São Paulo: 6º Encontro Nacional da SBPJor.
- _____. *Síntese histórica da imprensa moçambicana: tentativa de interpretação*. In: Curitiba: Universidade Positivo/INTERCOM, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009.
- _____. *O repórter Euclides da Cunha em Canudos*. In: Florianópolis: UFSC. Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. 6, ps. 131-147. 2009.
- _____. GRABAUSKA, Fernanda. *Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão*. In: São Paulo: ECA/USP. 7º Encontro Nacional da SBPJor.
- _____. *O projeto da Enciclopédia e seus desdobramentos sobre a liberdade de imprensa*. In: BETTIOL, Maria Regina Barcelos et _____. *O Século das Luzes: Uma herança para todos*. Porto Alegre: Movimento/Tomo. 2009. Ps. 15 a 34.
- _____. *A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização*. In XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, entre 6 e 9 de setembro, na Universidade de Brasília, Distrito Federal. 2006.
- KIELING, Camila. *Entre a lança e a prensa: Conhecimento e realidade no discurso do jornal O povo (1838-1840)*, Porto Alegre, PPGCOM/FAMECOS/PUCRS. Dissertação de mestrado. 2010. Mimeo.
- KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e império no Brasil – O patriota (1813-1814)*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional/Fiocruz. 2007.
- MELO, José Marques de. *História social da imprensa*. Porto Alegre, EDIPUCRS. 2003.
- MOREL, Marco et BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, D&PA. 2003.
- RIBEIRO, Ana Paula Ribeiro. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro, E-papers. 2007.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: EDUFRGS. 1993.
- SILVA, Jandira M.M.; CLEMENTE, Elvo et BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-riograndense*. Porto Alegre: CORAG. 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal. 1977 [1966].
- WESCHENFELDER, Greici. *A imprensa alemã no Rio Grande do Sul e o romance-folhetim*. Porto Alegre: PPGCOM/FAMECOS/PUCRS. 2010. Dissertação de Mestrado. Mimeo.